



TSE mantém veto a posts contra senador

Magistrados decidem que deve ser mantida a proibição, ordenada por Mendonça, às publicações que acusam Flávio de planejar retirar de Nossa Senhora título de padroeira

» RENATO SOUZA

Em julgamento ontem, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu determinar a remoção de posts que acusam o candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, de tramar para retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil. Os ministros Nunes Marques, presidente da Corte; e Dias Toffoli acompanharam o voto do relator, André Mendonça, pela supressão das publicações que fazem referência ao caso ao senador. Em um primeiro momento, Mendonça votou pela restrição total. Posteriormente, apresentou um complemento, em que mudava o curso da manifestação e passou a permitir a permanência de publicações que não citam diretamente Flávio.

A Corte julgou o plenário virtual se a decisão tomada por Mendonça no caso deveria ser mantida. Ele entendeu que as publicações ligam Flávio à suposta retirada do título de Nossa Senhora e promovem desinformação eleitoral. No entanto, apesar de autorizar a derrubada, a Corte decidiu manter no ar a publicação do humorista Antônio Tabet, que deu origem à discussão: “A família miliciania odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida!”, escreveu o comunicador nas redes sociais.

Apesar de não ter sido citado, Flávio alegou que a postagem, feita na rede X, insere-se em um contexto de desinformação que leva a crer que ele retiraria o título de padroeira de Nossa Senhora. Mendonça acatou o pedido do senador, mas teve a decisão derrubada posteriormente pelo ministro Flávio Dino. No entanto, a determinação de Dino durou pouco e foi revogada por uma decisão monocrática, ou seja,

Ed Alves/CB/D.A Press



Relator, André Mendonça votou para vetar todas as publicações, mas depois fez uma alteração

individual, do ministro Luiz Fux.

O plenário virtual do TSE — espaço eletrônico em que os ministros publicam os votos —, o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva divergiu parcialmente de Mendonça. Em seu voto, afirmou que as postagens “notoriamente inverídicas” devem permanecer proibidas. No entanto, defendeu que a publicação de Tabet, que cita “família miliciania”, não seja retirada do ar. O voto dele foi seguido pelos demais ministros.

O caso estava previsto para ser julgado, também, no Supremo

Tribunal Federal (STF). No entanto, prevendo uma escalada da crise que se abate na Corte, o presidente do tribunal, Edson Fachin, decidiu esperar uma decisão por parte da Justiça Eleitoral, para eventualmente levar o caso ao colegiado da Suprema Corte.

Mudança de curso

Na noite de ontem, com o julgamento em andamento, Mendonça alterou seu voto, seguindo os ministros que apresentaram uma proibição parcial das postagens. “Após a

apresentação dos votos por meus pares no plenário virtual, em observância ao princípio colegiado, que direciona a atuação de quem o integra à construção de solução consensuada entre seus integrantes, entendo necessário fazer breve complemento ao voto anteriormente proferido”, escreveu o magistrado. Ele decidiu acompanhar o ministro Ricardo Villas Bôas, que entendeu que na dúvida sobre se a publicação se encaixa ou não na vedação de desinformação eleitoral deve prevalecer a liberdade de expressão.

PF apura suposta onda de ataques

» RAFAELA BOMFIM*
» ARMANDO HOLANDA

A Polícia Federal abriu inquérito para investigar ataques contra imagens religiosas, registrados em diferentes regiões do país. A apuração foi determinada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). O magistrado citou uma série de episódios ocorridos entre março e setembro deste ano.

Os casos listados por Dino envolvem episódios de vandalismo e destruição de imagens de diferentes santos católicos, além de ataques contra orixás e símbolos ligados à umbanda. A avaliação é de que a quantidade de ocorrências e a distribuição dos casos por diferentes estados justificam uma apuração mais ampla.

Na sexta-feira passada, uma imagem de Nossa Senhora Aparecida foi encontrada sem a cabeça, na Cruz do Chilão, no bairro Santa Helena, em Cuiabá. O dano foi registrado por uma pessoa que estava no local e posteriormente divulgado nas redes sociais. Até o fechamento desta edição, a autoria e as circunstâncias do episódio não estavam esclarecidas.

A ocorrência ganhou repercussão em um momento em que o candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, é acusado de tramar retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil. Não há, contudo, informação que estabeleça relação entre os casos.

O local onde a imagem foi encontrada tem importância para a história religiosa de Cuiabá. A Cruz do Chilão é considerada um marco da religiosidade popular cuiabana e reúne referências da tradição católica e de manifestações culturais de povos de matriz africana. A memória do espaço

Reprodução/Muvuca Popular



Em Cuiabá, imagem de Nossa Senhora Aparecida apareceu sem cabeça

Saiba mais

Outros casos

» Na decisão, o ministro Flávio Dino mencionou notícias de ataques contra imagens de santos na Paróquia de Salvador, no último dia 11, e em outra igreja da capital baiana, no dia 22; na Catedral de São Pedro, em Rio Grande (RS), em 29 de agosto; na Paróquia Divino Espírito Santo, em Maceió, em 6 de agosto; em uma imagem às margens da BR-163, a aproximadamente 65km de Novo Progresso (PA), em 1º de agosto; e em uma capela

em Jauru (MT), a 463km de Cuiabá, em 7 de março.
» O documento reúne ainda denúncias a múltiplos ataques em uma loja de artigos religiosos em Londrina (PR), em 1º, 8 e 13 de setembro, além de casos em abril na mesma cidade. Dino apontou também denúncias de ataques contra terreiros de umbanda, um deles em Esmeraldas (MG), na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 3 de agosto; e dois casos em um mesmo terreiro em Santo Amaro (BA), no Recôncavo Baiano, em 4 e 30 de agosto.

atravessa gerações e faz da cruz um ponto de referência para diferentes expressões religiosas da

capital mato-grossense. Por isso, a destruição da imagem provocou reação da Arquidiocese de Cuiabá.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Flávio vai; Lula, não. Faltar ao debate da Globo é decisão de alto risco

Lula foi mal no debate do segundo turno da TV Bandeirantes nas eleições de 1989, contra Fernando Collor de Mello, na avaliação de muitos dos próprios petistas. Fora surpreendido por uma referência cifrada a um aparelho de som “três em um” — rádio, vitrola e toca-fitas — que teria dado de presente a uma ex-namorada. Segundo o relato, a história chegara ao conhecimento de Marisa Letícia às vésperas do confronto, provocando uma crise doméstica. Lula já havia sido alvejado pela exploração eleitoral de seu relacionamento com Miriam Cordeiro, mãe de sua filha Lurian. Chegou aos estúdios da Bandeirantes cansado e despreparado, segundo Gilberto Carvalho, um dos coordenadores da campanha.

“A orientação é fazer uma edição com o pior de Lula e o melhor de Collor”, disse Ronald de Carvalho ao editor Octavio Tostes, na tarde de 15 de dezembro, na ilha 10 de edição. “Põe aquele negócio de sub-raça”, completou. A ordem era de Alberico de Souza Cruz. “O que aconteceu, Alberico? Quem foi que fez isso?”, indagou Boni. “Estou cumprindo ordens do doutor Roberto, Boni”, respondeu Alberico. Os bastidores do debate e da edição manipulada de seu resumo pelo *Jornal Nacional* são relatados pelo jornalista Ernesto Rodrigues em *A Globo: concorrência (1985-1998)*, segundo volume de sua trilogia sobre a história da emissora (Autêntica).

Houve duas disputas: a transmitida ao vivo e aquela reconstruída pela Globo no dia seguinte. José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, contou posteriormente que, antes do debate, aconselhara Collor a retirar a gravata, simular suor com glicerina e apresentar pastas vazias como se contivessem denúncias contra Lula. Collor contestou essa versão. A encenação descrita por Boni procurava reduzir a aparência aristocrática do candidato e intimidar o adversário. No estúdio, Collor explorou o medo do PT, atribuindo-lhe “teses marxistas, teses estatizantes”. Lula defendeu o pluralismo do partido e, sobre o Nordeste, afirmou que o problema não era de seca, mas de cerca. Collor deslocou a discussão da concentração fundiária para a referência do adversário ao risco de surgimento de uma “sub-raça”, fora de contexto, apresentando-a como preconceito contra os nordestinos. A montagem posterior reforçou o contraste entre um Lula defensivo e um Collor incisivo.

Armando Nogueira aprovava o compacto do *Jornal Hoje* e recomendara sua repetição no *Jornal Nacional*. A orientação foi atropelada. A edição provocou revolta interna e protestos públicos. Mais tarde, a Globo reconheceu o erro e abandonou a prática de condensar debates para apontar um vencedor. A ferida de 1989 permaneceu, porém, na memória política de Lula.

Essa lembrança ajuda a compreender sua decisão de faltar ao debate da Globo, marcado para hoje. Não basta, entretanto, para justificá-la eleitoralmente. Flávio Bolsonaro confirmou presença, enquanto o presidente escolheu uma entrevista no mesmo horário. A vantagem estreita de Lula torna essa retirada uma aposta de alto risco, porque sua margem pode não suportar o desgaste de ser criticado pelos concorrentes sem responder diretamente nem defender seu governo.

Na defensiva

O cálculo é defensivo: Lula seria o alvo principal de adversários interessados em responsabilizá-lo por tudo o que incomoda o eleitor. Fora do palco, reduz o risco de ser surpreendido por uma denúncia, verdadeira ou falsa, e de cometer um desliz verbal que alimente a campanha contrária. Essa é uma explicação plausível para a decisão, embora não se possa supor que sua equipe conheça alguma revelação iminente. O receio pode ser simplesmente o de perder o controle de uma situação imprevisível e falar besteira. O precedente de 1989 mostra como uma provocação pessoal pode desorganizar um candidato. Hoje, uma frase infeliz não depende de uma ilha de edição para alcançar milhões de pessoas: circula imediatamente nas redes, recortada e repetida. Entretanto, fugir desse risco cria outro. Os adversários poderão apresentar a ausência como medo de prestar contas, e Lula terá de responder depois, quando a interpretação do episódio já estiver disseminada.

No momento, as principais polêmicas eleitorais foram deslocadas para o terreno institucional e ideológico: a crise do Supremo, o caso Master, as intervenções da Justiça Eleitoral e a exploração política da religião. A campanha discute quem representa a democracia, a soberania ou a fé, enquanto deixa em segundo plano o que cada candidato pretende fazer no governo. Investigações e conflitos entre Poderes exigem esclarecimento, mas não substituem propostas para enfrentar o custo de vida, o endividamento, a violência e as carências dos serviços públicos.

Lula poderia aproveitar o confronto para defender seus resultados, reconhecer insuficiências e explicar por que necessita de outro mandato. Poderia também cobrar de Flávio compromissos concretos e expor contradições. Ao faltar, entrega parte dessa iniciativa aos concorrentes. A entrevista paralela permite organizar argumentos, porém não reproduz a força política de responder diante de quem o contesta.

Flávio também corre riscos ao comparecer. Será questionado pelos demais candidatos e poderá cometer seus próprios erros. Entretanto, ganha a oportunidade de parecer disponível ao escrutínio e disputar os eleitores ainda indecisos. Numa eleição apertada, não se pode afirmar que a ausência produzirá uma ultrapassagem, mas tampouco descartar essa hipótese.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa